

PARA UMA ÉTICA REVOLUCIONÁRIA

Conversão e transformação

A ética missionária é uma ética revolucionária. Ela visa duas mudanças profundas: “conversão” e “transformação”. A “conversão” é de cada dia e de cada pessoa. Ela aponta para uma humanidade nova. Na “transformação” trata-se da transformação de estruturas da morte em estruturas de vida e, por conseguinte, na construção de uma sociedade nova e justa. “Conversão” e “transformação” pressupõem processos individuais e coletivos permanentes.

Num mundo marcado pelos conflitos do não reconhecimento da alteridade e pela acumulação, procuramos, a partir da nossa fé, aferir nossa coerência missionária com o Evangelho e nossa relevância social para um mundo que seja de todos. Coerência evangélica e relevância social envolvem nossa missionariedade nos grandes conflitos que atravessam o mundo.

1. Aproximações

A ética missionária visa princípios e normas de conduta para a nossa ação indigenista. O princípio dos princípios dessa ação é a Vida. Missão é dedicação às causas da Vida que são causas do Reino. Por vasos capilares, essas causas são interligadas. Trata-se, portanto, de causas universais e não de casos particulares.

Na ética secular, essa universalidade é codificada em **normas**, leis e constituições, que têm um certo caráter objetivo e público. Valem para todos. Na ética missionária essas normas se baseiam no Evangelho e giram em torno dos dois eixos do maior amor e da justiça maior.

A objetividade pública e universal distingue a ética da moral. A moral se baseia em **valores** e na vontade subjetiva e privada de viver esses valores. Os valores, que são culturais, históricos e familiares não podem ser definidos ou impostos interculturalmente por leis. Dependem da vontade subjetiva de indivíduos e grupos sociais que através desses valores e de sanções internas cuidam de seu bem-viver.

A universalidade da ética é limitada por dois motivos, por sua historicidade e por sua pertença a uma determinada classe social. A universalidade ética é uma universalidade histórica, sujeita a mudanças e evoluções. Por ser histórica, trata-se de uma universalidade em transformação. A universalidade ética é também limitada porque se trata de uma ética marcada pela ideologia de uma respectiva classe hegemônica. É a ética de uma universalidade relativa. Uma ética marcada pela austeridade, que favorece a acumulação, pela propriedade privada, pela pontualidade (*time is money*) e por determinados padrões de limpeza, é facilmente identificável como ética da pequena burguesia. Essa ética não visa um mundo para todos. Toda afirmação de universalismo ético precisa ser criticamente observado.

Os documentos do Vaticano II nos falam da “natureza missionária” (AG 2) da Igreja e de cada um dos batizados. A missionariedade do povo de Deus faz parte da natureza cristã. Por conseguinte, a ética missionária não é uma ética particular, mas é ética cristã. A ética cristã incorpora, em grande parte, a ética secular, leiga, civil e cultural dos povos, mas se distingue também dessa ética civil por acréscimos, motivações e radicalidade. A ética civil está

regulamentada pelos códigos legais obrigatórios para todos os cidadãos (Constituição, leis). A ética cultural é optativa e varia entre as diversas culturas. A ética missionária, que assume a ética secular, se baseia na normatividade do Evangelho.

Onde a ética missionária “ultrapassa” a ética secular e cultural, ela é optativa, como a fé, a crença e a ideologia dos cidadãos. O cidadão não pode ser obrigado por lei a defender os territórios indígenas, conviver com os pobres ou perdoar dívidas. O estado moderno vive de motivações que ele não fornece. É uma das razões porque as religiões não desapareceram. Vivemos concomitantemente num mundo secular e pós-secular.

A ética cristã, em tese, é marcada pelo amor maior e pela justiça maior. Ela vai mais longe que a ética convencional e constitucionalmente prescrita. Vai mais longe pela solidariedade, gratuidade e partilha que são os pressupostos de um mundo para todos. A ética cristã, com seus pilares de solidariedade e partilha, de gratuidade e reconhecimento, nos envolve em conflitos pela redistribuição dos bens e pelo reconhecimento de uma dignidade constitutiva da alteridade.

2. Conflitos e contradições

O conflito fundamental do mundo de hoje é o conflito transcultural de distribuição dos bens escassos do planeta terra. Trata-se de uma socialização dos bens, como terra, direito, participação e trabalho. Essa socialização exige mudanças estruturais do projeto civilizatório. Uma ética missionária sem crítica fundamental do capitalismo seria uma ética de consentimento e manutenção de estruturas injustas. Essa ética trabalha com o vocabulário abominável da “sustentabilidade”, da “redução de pobreza”, da “produtividade” e “governabilidade” – sempre no interior do sistema capitalista. A “sustentabilidade” condiciona a prática da justiça à plus-valia, condiciona a “redução de pobreza” ao respectivo grau de exploração e reduz a ação política à governabilidade e a parcerias partidárias. Os princípios éticos se tornaram funções da exploração econômica.

Para conter a revolta social, muitos governos se mantêm no poder através de medidas populistas. No celeiro desse populismo encontram-se cestas básicas e certas condições das rendas familiares que empobrecem as pessoas pela apatia e dependência. Presentes do estado são a forma mais precária da redistribuição de renda, porque não enfocam nenhuma mudança estrutural nem consciência crítica. São medidas de incorporação na lógica do mercado que não favorecem a autodeterminação nem o reconhecimento social. Essas doações são um *pharmakón* da Farmácia de Platão, que tem um tríplice sentido. Podem ser dom, veneno, e cosmético. Mas, a dignidade humana não pode ser sustentada por “dons” que na realidade são veneno e droga que garantem a acumulação do capital. Também a ação missionária pode ser dom, veneno e cosmético.

Como tirar o veneno do “dom” da nossa presença, da nossa luta e da nossa suposta relevância para os povos indígenas? Creio que só é possível pela consciência de que a nossa causa e a nossa felicidade são interligadas com a causa dos pobres e dos Outros. No mundo, no qual as distâncias se tornam cada vez menores, todos estamos conectados nas dores e nas alegrias. Como se cruzam os fios da nossa causa como indivíduos que têm família e que

pertencem a uma outra cultura? Como se entrelaçam os fios da felicidade pessoal de cada um de nós com os fios da justiça universal, apesar dos espaços limitados dos sistemas aos quais nos adaptamos?

3. Inspirações teológicas



Para a solução dos conflitos básicos do mundo de hoje, os conflitos que emergem do não-reconhecimento do Outro e da acumulação dos bens (salários privilegiados, capital, terra), os cristãos não têm um saber especial. Mas nós temos motivos para lutar pela redistribuição dos bens e pelo reconhecimento do outro, motivos que emergem das informações e dos imperativos da nossa fé. Existem outros motivos, motivos não religiosos, ideais civís e humanitários. Somamos forças com todos que lutam contra o não reconhecimento do Outro e contra a acumulação privilegiada dos bens.

Os motivos fortes, de inspiração cristã, que nos impulsionam para a luta pelo reconhecimento e a solidariedade, podem ser agrupados em torno de três mistérios fundamentais da nossa fé: a **criação** do ser humano segundo a imagem de Deus, a **redenção** em Jesus Cristo que nos revelou a irmandade universal de toda a humanidade e a **Santíssima Trindade** que consideramos a origem da missão.

A Santíssima Trindade, que para os cristãos é uma sigla de Deus-Amor, que se manifesta internamente (entre Deus Pai, Filho e Espírito Santo), que se desdobra no envio do Filho no Espírito Santo para o mundo e a humanidade. Os cristãos foram enviados para anunciar e fazer palpável esse Deus-Amor através do anúncio da igual dignidade de todas as pessoas (reconhecimento) e através da fraternidade universal (solidariedade): “Como o Pai me enviou assim também eu vos envio” (Jo 20,21).

Fomos enviados para quê? Independentemente de origem, idade, gênero ou posição social, todos fomos criados segundo a imagem de Deus. Por isso cabe a cada pessoa humana a mesma dignidade, sem antes provar essa dignidade através de merecimento social.

Se um é nosso pai (Mt 6,9), como rezemos no Pai-Nosso, todos somos irmãos e irmãs. O serviço fraterno se tornou o princípio estruturante do povo de Deus. A Igreja deve ser um laboratório dessa fraternidade para toda a sociedade. Fraternidade significa reciprocidade de serviços, diálogo, reconhecimento, crítica (correção fraterna), interação sem relações instrumentalizadas e hierarquias hegemônicas. O Outro não é meio ou algo útil para um prazer meu, como eu não sou instrumento de utilidade ou meio para o Outro. Chamamos essas relações, sem alienação, relações simétricas. O trabalho não-alienado é manifestação livre da vida. Trabalho é vida e não um pressuposto para viver: trabalhar para viver, não viver para trabalhar. A afirmação da filiação divina faz de todos nós irmãos e irmãs que têm, por causa de sua proximidade de parentesco e social, um dever de solidariedade entre si. O parentesco universal é incompatível com exclusão ou exterritorialidade.

Cristãos vivem socialmente numa Igreja que reproduz a comunidade trinitária, uma comunidade cujo fundamento é o amor. Essa Igreja tem um DNA trinitário. Ela é „povo de Deus“, „esposa de Cristo“ e „templo do Espírito Santo“. Essa comunidade trinitária, que é Igreja povo de Deus, se abre em sua missão para a humanidade.

„Igualdade“ (imagem de Deus) e „irmandade“ (filiação divina) só podem ser vividas no horizonte de liberdade, no horizonte do Reino de Deus, que é um reino de paz, justiça e liberdade. Esse Reino ultrapassa todos os sistemas e organizações sociais. A responsabilidade para a construção histórica e sempre escatológica do Reino de Deus é balisada pela coerência com o Evangelho e pela relevância para com as causas do Reino, que são causas universais, como a causa indígena.

Paulo Suess

(Brasília, 26.11.2009)